

Política pública de educação de jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica: avaliação do PROEJA no IFMA – Campus Açailândia.

Reinouds Lima Silva

Introdução

A discussão sobre Educação e as políticas públicas com vistas ao enfrentamento das questões sociais, em especial na educação profissional e tecnológica, é terreno fértil para o estabelecimento do diálogo conceitual marxista. O contraponto se estabelece no aspecto conceitual da educação profissional no Brasil, que historicamente marcada pela dissimulação do seu papel junto às camadas populares e do ensino propedêutico para as classes médias e abastadas (dualidade estrutural), ainda padece da superação desta latente realidade.

Considerando o contexto histórico da EJA no Brasil, a instituição pelo Ministério da Educação – MEC do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA a partir dos Decretos nº 5478/05 e 5840/06 apresenta-se como uma proposta desafiadora. O mesmo tem por finalidade oferecer educação profissional técnica de nível médio a jovens e adultos na rede pública de educação profissional. Rege-se, segundo seu documento base (MEC, 2007) pelo princípio de uma educação **reparadora**, reconhecendo tacitamente a trajetória de exclusão educacional que estas populações sofrerão, colocando o programa como via de **equalização** de oportunidades e instrumento de **capacitação** para o trabalho.

Por uma avaliação da política pública de EJA na educação profissional e tecnológica

A formulação de políticas públicas no Brasil se fundamenta, via de regra, na constatação técnica de uma problemática social que deve ser enfrentada pelo poder público, enquanto indutor de políticas superadoras da premissa inicial. Segundo Boneti (2011), esta tradição iluminista orienta o Estado na formulação de políticas públicas, cuja premissa científica, calcada na dita tradição relega às políticas públicas aspecto predominantemente homogeneizante e etnocêntrico.

A proposta de pesquisa é avaliar a política pública educacional instituída pelo Governo Federal para atendimento ao segmento de Jovens e Adultos na educação profissional pública. Com destaque, será analisada a implantação do PROEJA na rede federal de educação profissional e tecnológica no Instituto Federal do Maranhão – Campus Açailândia e seus desdobramentos enquanto política pública, extrapolando a tradição dissertativa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde predominam abordagens e estudos focais sobre aspectos das políticas públicas de EJA, tais como evasão ou percepções de segmentos da

comunidade escolar, conforme pesquisa realizada na base de dados de pesquisa da própria FE/UnB e no repositório institucional da Biblioteca Central da UnB.

Consiste enquanto problema de pesquisa analisar a política pública nos aspectos já superados em sua implantação na rede EPT, o da formulação e implantação da política, avançando então à avaliação PP e dos resultados até aqui obtidos, considerando a experiência real no conjunto dos sujeitos sociais no *locus* de pesquisa proposto.

Sobre a metodologia de avaliação

A avaliação de políticas educacionais envolve um amplo espectro de variáveis, que em relação ao pretendido pelo Estado enquanto formulador e indutor da política, notadamente envolve elementos que inicialmente podem não ter sido contemplados, considerando a política pós-implantação e em execução. O modelo referencial que acreditamos ser possível dar conta deste processo de investigação e de posterior avaliação encontra aporte na avaliação emancipadora proposta pela pesquisadora Ana Maria Saul. Enquanto referencial em avaliação, a proposta da autora promove a inserção dos vários atores do processo efetivo da execução e realidade institucional em que a política educacional se desenvolve, propondo “uma análise valorativa do programa educacional na perspectiva de cada um dos participantes (avaliadores) que atuam” (SAUL, 2006, p.62), encontrando assim sentido na proposição inicial desta pesquisa em possibilitar em ampla avaliação do PROEJA na rede federal de educação profissional e tecnológica, detidamente no *locus* de pesquisa proposto.

A metodologia de avaliação emancipadora privilegia a participação coletiva, compreendendo três momentos específicos: descrição da realidade, crítica da realidade e criação coletiva, sendo que tais fases se desenvolverão durante a pesquisa de campo, em especial com a realização de grupos focais entre os atores sociais inseridos distintamente no âmbito da política pública em avaliação. Compreendemos ainda que o pesquisador, de posse das impressões para uma análise qualitativa, terá as condições necessárias para empreender-se na avaliação da política educacional em análise também, assumindo ao mesmo tempo o papel de indutor de processo avaliativo junto aos envolvidos na pesquisa (Saul, 2006).

Conclusões preliminares

A pesquisa encontra-se na fase da pesquisa de campo, com a elaboração do roteiro para a realização dos grupos focais de discussão, bem como a identificação dos participantes neste momento determinante da pesquisa. Enquanto avaliação de política pública em educação, deverá contribuir em primeira instância com a revisão, crítica e avanço na efetivação da educação profissional no IFMA – Campus Açailândia.

Referencias

Avaliação de políticas públicas de educação. Célio da Cunha; Jose Vieira de Sousa; Maria Abadia da Silva. (organizadores). Brasília: Faculdade de Educação / Universidade de Brasília; Liber Livros, 2012.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** 3ª Edição. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2012.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base. MEC. Brasília, Agosto de 2007.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SALOMON, Delcio Vieira. **A maravilhosa incerteza – Ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo.** 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.